GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

# A VISITA DO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO AO AMAZONAS

# A VISITA DO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO AO AMAZONAS

Manaus — Amazonas

1 9 6 5

*Reunem-se aqui os discursos pronunciados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, pelo Governador ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS e o Deputado RUY ARAUJO, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião da visita do Chefe da Nação ao Amazonas.*

*16 DE JULHO DE 1965*

**discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, Digníssimo Presidente da República, no Palácio Rio Negro.**

Ser-me-á sempre agradável voltar ao Amazonas, que ninguém poderá conhecer sem guardar indelével impressão, tantas as singulares e extraordinárias condições que possui. Maior, entretanto, a minha satisfação ao retornar ao Amazonas renovado pela Revolução.

Na realidade, e a exemplo do que ocorreu em outras unidades da federação, precisou o movimento de 31 de março intervir vigorosamente, conforme previsto na legislação, para pôr côbro a um estado de cousas incompatíveis com os princípios e objetivos que o haviam inspirado, e são o norte invariável do Govêrno. Pode ser mesmo constatado que quanto mais pobre a região, mais é accessível à violência e à corrupção, que, não raro, chega a ser apresentada e aceita como dádiva generosa dos que a colocam a serviço das ambições políticas. E dos males que daí decorrem, comprometendo tôda a vida administrativa, econômica e social da comunidade, quase não será necessário dizer, tanto são notórios.

Devemos, entretanto, acentuar que será impossível implantar duradouramente os postulados da Revolução se não atentarmos cuidadosamente para a esfera estadual, autônoma e sob muitos

aspectos mais importantes do que a União. Em que pesem as largas possibilidades do Govêrno federal, é aos Estados que compete o trato mais direto e imediato com as populações, que, inevitàvelmente, dêle recebem o influxo e a orientação. Daí a atenção que continuam a merecer os Estados por parte da União, cuja obra de soerguimento nacional seria impossível sem profundas modificações no estilo, nas concepções e nos objetivos das administrações estaduais.

Apesar da difícil fase que vão transpondo as finanças do país, tem o Govêrno federal procurado ser um elemento de estímulo e ajuda às administrações locais, ainda hoje sem recursos adequados para as grandes e urgentes tarefas a seu cargo. Não se tem mesmo poupado esforços e sacrifícios. E, consideradas as possibilidades do erário federal e as necessidades dos tesouros estaduais, ninguém poderá afirmar que a União tem sido surda ou indiferente aos reclamos das unidades da federação. Bem expressivos, acredito, seriam os números que poderia aqui alinhar e que diriam do que, por iniciativa ou autorização da União, tem sido propiciado aos Estados através dos vários organismos de crédito de responsabilidade federal.

A êsse respeito, não poderá haver queixas. Estas, se porventura existem, decorrem certamente da maneira por que devem funcionar normalmente nossas instituições políticas, que, graças a longo processo de aperfeiçoamento, dia a dia se liber-

tam de antigos hábitos, que não representavam as melhores práticas do sistema federativo. Natural, portanto, que, a exemplo do que ocorre em todos os períodos de transformação, também surjam os inconformados, muitos dêles imbuídos dos melhores propósitos e também cheios de idealismo.

Quanto à presença da União por todo o território nacional, dentro daqueles objetivos de ajudar a cada qual das unidades da federação, é que a ninguém será dado pôr em dúvida. Se, por exemplo, tomarmos como ponto de referência o próprio Amazonas, durante tanto tempo relegado a verdadeiro descaso por parte dos órgãos federais, significativos são os dados existentes, e entre os quais se pode mencionar auxílio do atual Govêrno num total de dois bilhões de cruzeiros.

O Ministério da Saúde, cuja ação é tão reclamada pela população amazonense, deverá empregar aqui, no corrente exercício, dois bilhões e meio de cruzeiros. Importância esta em boa parte destinada às campanhas profiláticas contra o tracoma, a bouba, o bócio, a ancilostomose e a malária, já que sòmente para a erradicação desta última estão previstos 360 milhões de cruzeiros. Para os serviços de saúde e pequenos saneamentos estão reservados um bilhão e meio. O combate à lepra e à tuberculose consumirá mais de duzentos e cinquenta milhões; e os serviços hospitalares contam com verbas num montante superior a duzentos milhões. Mais de quatrocentos milhões irão

contribuir para o serviço de abastecimento de água de treze cidades do Amazonas, dentre os quais deverão ser concluídos ainda êste ano os de Humaitá, Eirunepé, Benjamin Constant, Manacapuru e Maués. E a êsses índices, já bem expressivos poderemos acrescer ainda vinte e quatro postos e sub-postos da Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública, hoje incorporada ao Ministério da Saúde.

Mas, se daí nos voltarmos para o Ministério da Educação não será menos marcante a ação do Govêrno federal. Bastará considerar-se que enquanto, em 1962, o Plano Nacional de Educação reservava para o Amazonas menos de sessenta milhões, estão previstos para 1965, seiscentos milhões, ou seja um aumento superior a 500%. Iniciativa de relêvo, e da qual será de esperar resultados altamente satisfatórios, são os cursos de aperfeiçoamento de professores leigos já em pleno funcionamento nas cidades de Manaus, Coari, Parintins, Maués, Careiro e Manacapuru, algumas delas em regiões as mais remotas, e nas quais já se conta com cêrca de mil inscritos. Outrossim, além de quadruplicada a verba destinada à merenda escolar, cuida o Ministério da implantação de escolas nas regiões fronteiriças, numa realização cujo alcance salta aos olhos, se considerarmos as peculiaridades do Amazonas em matéria de fronteiras, que, além de mais numerosas do que as de qualquer outro Estado, estão em regiões ínvias e

de baixo índice populacional. E também não é de omitir a crescente ajuda à Universidade do Amazonas, cuja importância, no desenvolvimento da região, podemos ter como imprevisível, tantas as funções que deverá desempenhar.

Se desenvolve tão grande esfôrço no sentido de auxiliar os Estados, é por estar o Govêrno federal inteiramente convencido de que o progressivo desenvolvimento material também contribuirá grandemente para a elevação dos padrões morais da administração. De fato, no momento que os atuais rumos da Revolução ganharem corpo e se implantarem definitivamente na vida estadual, não há dúvida de que enorme passo terá sido dado no sentido da melhoria das condições gerais das populações, tantas vêzes vítima indefesa de maus governantes, sempre dispostos a atirar sôbre a União os males nascidos do desmando ou da incapacidade dos administradores. Não se há de querer milagres. Mas não será pedir demais desejar um mínimo de espírito público e de honestidade na gestão dos negócios estaduais. Condições a que se há de somar um senso de medida, a fim de que cada qual se atenha às suas possibilidades.

No particular não é de esquecer o que tem decorrido da imoderada política do empreguismo, em regra destinada a alimentar máquinas e oligarquias políticas, e jamais preocupada com as possibilidades do erário, ou a competência e necessidades do funcionalismo. Fato tanto mais grave

quando bem sabemos sòmente ser possível alcançarmos eficiente administração com funcionários competentes, identificados com o propósito de bem servir e justamente remunerados.

Devemos, aliás, reconhecer que o Govêrno federal não está indene a tais distorções, embora já grandemente atenuadas. Daí, por sinal, a ênfase que pretende dar, no plano da reforma administrativa a ser enviada ao Congresso Nacional, ao problema da formação e aperfeiçoamento do pessoal. Cumprirá assim o Estado o indeclinável dever de oferecer ao servidor público, em contrapartida de seu eficiente desempenho, tôdas as possibilidades de progresso funcional com base no aperfeiçoamento e na especialização. A reforma terá destarte a sua pedra de toque na idéia de ser o servidor público, no seu quase anonimato, a base da eficiência na administração.

Não deixarei, porém, passar a oportunidade para reconhecer a compreensão e apoio do funcionalismo em face do programa financeiro, que tem impendido a revisão dos níveis de vencimentos. Também não hesitará o Govêrno em propor medidas nesse sentido, logo que o permitam as condições do Tesouro Nacional.

Nem outra orientação desejaríamos para o campo estadual, onde em muitas ocasiões têm sido inteiramente sacrificados os planos administrativos pela quase total absorção da receita pela remuneração de copioso corpo de funcionários.

Senhor Governador: algum tempo antes de assumirdes o pôsto a que fôstes elevado entre as esperanças dos amazonenses, escrevestes que a Amazônia era um mundo por descobrir. Acentuastes então, com a agudeza e o conhecimento de um espírito há muito voltado para os graves problemas da região, os muitos viajantes, que, desde o sábio La Condamine, cortaram a famosa hiléia, e o quanto há ainda por conhecer, explorar e preservar. Mas, não adivinhastes que, em pouco, também vos tocaria ser um dos descobridores da Amazônia, em cuja história já vos integrais por haver demonstrado a possibilidade de uma eficiente administração, exclusivamente voltada para o bem público, apesar dos modestos recursos orçamentários.

Realmente, apesar da brevidade da vossa administração, ela já se assinala por numerosos serviços, alguns dos quais, como a rodovia Manaus-Itacoatiara, representam velho sonho, que muitos acreditavam jamais realizado. Não é breve a lista do que já se fêz em vossa gestão, que, como ocorre com as de outros Estados, prova quanto se pode construir com pequenas verbas, quando bem e honestamente aplicadas. Tornou-se assim o Govêrno do Amazonas um exemplo de planejada e proba aplicação da receita do Estado, e do que lhe vem da colaboração federal. E, dentro dessa boa norma, jamais pretendeu transacionar com recursos

e verbas com objetivos de ordem política ou pessoal, a fim de angariar efêmero prestígio.

Bem compreendestes que, sobretudo dentro da vastidão do Amazonas, onde nenhuma cifra bastaria para atender a todo o território, seria indispensável acurado planejamento que permitisse estabelecer zonas e serviços prioritários, que se deverão transformar, gradativamente, em núcleos de irradiação para as demais partes do Estado. Essa a razão de ser do vosso **Plano Bienal,** estruturado sôbre a realidade do Amazonas, e cujos primeiros frutos já começam a ser recolhidos pela população. E o que vos posso assegurar, ante o esfôrço da vossa administração, é o empenho do Govêrno federal, na medida das suas possibilidades, em vos ajudar a levar a bom têrmo as louváveis proposições contidas naquele planejamento. Sòmente assim, mediante uma ação convergente da União e do Estado, será possível atender às graves e importantes questões que decorrem da disparidade entre a vastidão territorial e o reduzido número de habitantes. Já se disse ser o povoamento o problema principal do Amazonas. E não há dúvida de que sòmente propiciando convenientes condições de vida poderemos ver aumentados os perigosos níveis atuais. Na realidade, vencer tais circunstâncias é o vosso objetivo. Outro não poderá ser o da União. E acredito que juntos poderemos plantar aqui uma boa semente para as gerações de amanhã.

Ao concluir estas breves palavras, que dizem muito pouco do que há por tratar dêsse imenso mundo que é o Amazonas, desejo, Senhor Governador, não sòmente agradecer-vos, bem como aos amazonenses, a acolhida que me dispensaram, mas, principalmente, testemunhar-vos o aprêço e o interêsse com que o Govêrno federal acompanha a vossa honrada e profícua administração.

## *16 DE JULHO DE 1965*

**discurso do Governador ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, saudando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no Palácio Rio Negro, pela sua visita oficial ao Amazonas.**

**SENHOR PRESIDENTE :**

A AMAZÔNIA, Senhor Presidente, compunha, no quadro regional brasileiro, a 31 de março, a área mais atingida pelo aviltamento político, pela desordem administrativa, pela prática de atos que a desfiguravam e a deslustravam. O Amazonas, nesse particular, atingira o inacreditável. O que apuramos, em poucos dias de inquéritos sumários, serviu para a caracterização, triste caracterização, de quadra marcada pela dissolução dos costumes administrativos.

VOSSA Excelência, Senhor Presidente, bem conheceu aquela situação, pois a experimentou na própria carne, quando comandou militarmente êste vasto mundo tropical que o Brasil civiliza porque é parte integrante de sua natureza física e humana.

A REVOLUÇÃO de 31 de março, Senhor Presidente, pôs fim àqueles desmandos administrativos, à aventura dos que não amavam nem à sua terra nem a seu povo, restituindo-nos à posse de

um estado de consciência digna, que fôra norma em passado não muito distante, mas era recusado ao conhecimento das gerações novas, às quais se ensinava uma lição sem qualquer conteúdo de moral e de ímpeto criador honesto.

VOSSA Excelência encontrará agora um Estado que se restaura na sua dignidade, que se recupera na moral administrativa, que se decide a novos rumos no particular de uma vida liberta do primarismo das soluções empíricas para os seus problemas e se disciplina para deixar o subdesenvolvimento social, econômico, político e cultural.

SOMOS poucos, Senhor Presidente, muito poucos mesmo, para a grande tarefa de, não apenas manter para o Brasil o grande espaço em que nos afirmamos brasileiros, decididos a permanecer brasileiros, mas de realizá-lo visando à sua posse efetiva, como demonstração de maturidade e de capacidade realizadora, dominando-o e humanizando-o a serviço dos melhores interêsses regionais, nacionais e mesmo dos objetivos universais, quando êsses objetivos não se confundam com objetivos de usurpação de soberanias.

OS TRÊS séculos de nossa permanência na Amazônia não têm constituido página de sensacionalismo. Há, nêles, um tom heróico que lhe dá definição e estatura. E para que o promovêssemos, contamos com a contribuição de brasileiros de ou-

tras regiões, como o Nordeste, o Ceará em particular, contribuição das mais saudáveis e objetivas. A conquista do hinterland, a montagem dos seringais, o desbravamento de áreas novas que importam em fronteiras sociais e econômicas novas, é façanha dêles e de nós próprios, façanha que tem dado margem a compreensões arrojadas e a uma literatura falsamente realista porque, na verdade, elaborada em descritivos que fogem à verdade. Essa a história viva de que muito nos orgulhamos.

NOSSO esfôrço, agora, Senhor Presidente, apresenta novas dimensões e novos aspectos. As energias que estamos mobilizando respondem efetivamente à nossa convocação. A confiança pública não é uma fantasia. A estrada Manaus-Itacoatiara, por exemplo, a primeira que se constrói e se abre à circulação de homens e de mercadorias, vale para fundamentar a primeira afirmativa — 600 homens, operários e técnicos do próprio Estado, numa conduta admirável, rasgaram 57 quilômetros de rodovia na floresta densa nunca dantes penetrada pelo homem, em apenas 70 dias, concluíndo assim os 286 quilômetros que cobrem o percurso desta Capital àquela cidade do Baixo-Amazonas e que foram iniciados no ano distante de 1957. Na fase final de sua construção, ao encontrarem-se, nas margens do igarapé do Pereua a 182 quilômetros de Manaus, as turmas que trabalhavam nos trechos de ida e de volta da estrada, chegaram a operar mais de 4 quilômetros por dia

na limpeza da mata, no evidente entusiasmo de cada uma chegar primeiro ao encontro significativo e pioneiro.

NO ESPECIAL da confiança pública, registraríamos o episódio singular da Companhia de Telecomunicações (CAMTEL) que em 30 dias viu coberta, pela economia popular, um bilhão e meio de cruzeiros que ela lançara à subscrição pública, ao lado de quantia idêntica da parte do Govêrno estadual.

O BANCO do Estado é a instituição creditícia, através da qual financiamos a pequena indústria, a pecuária, a lavoura, o comércio, que não padecem mais das aflições do passado, quando se viam forçados a submeter-se à escravização de agiotagem sem entranhas e, no fundo, sem emoções para com o futuro de nossa terra. Os algarismos que apresentamos são expressivos sôbre o que se promove, silenciosamente, mas com segurança.

O PROCESSO de desenvolvimento não se faz mais empìricamente. Há uma preocupação de planificação dos empreendimentos que o Estado assiste, incentiva e assegura no seu desdobramento regular. O Plano Bienal, que editamos na base de linhas não rígidas, de objetivos exequíveis, serve como demonstração dêsse propósito e, mais que propósito, duma iniciativa que já se concretiza em têrmos de execução ininterrupta. A CODEAMA,

que é o órgão a cujo cargo está o exame do aspecto substancial dos projetos e programas de execução, está entrosada nesse rítmo de ação e nos dá, pela cooperação de técnicos que fomos buscar na experiência do Magistério universitário, do comércio, da indústria, da pecuária, da agricultura e dos serviços públicos, todo um sistema de valores, de equações e de práticas realistas, essenciais à efetivação de uma autêntica política econômica.

VOSSA Excelência não ignora o que aqui vem ocorrendo agora. Nas prestações de contas que tenho oferecido às nossas populações e ao Legislativo estadual, como nas exposições que tenho endereçado a Vossa Excelência, há sempre um quadro, sem exageros, que permite a verificação do que vimos fazendo no cumprimento de nosso dever e não constitui milagre, mas decisão de trabalhar e de tornar nova a vida que vivemos no Amazonas.

O PANORAMA da vida amazonense já é muito diferente do que encontramos há um ano.

SALÁRIO de miséria era pago aos servidores do Estado. Desrespeitava-se a legislação referente ao salário mínimo. Hoje, a situação é outra — funcionários ativos e inativos vencem salários condizentes com a dignidade humana. A rêde escolar cresceu em 700 salas de aula e três Ginásios montados em pleno funcionamento em bairros

desta Capital. Ocorre o aproveitamento, pela seleção das provas públicas, de um professorado que recebe o incentivo do melhor salário e está, assim, livre do afilhadismo partidário do passado.

OS RECURSOS do Estado cresceram igualmente. Os cinco bilhões do Orçamento estadual para 1964 que, por uma arrecadação austera, aumentaram em quase doze bilhões, são, hoje, vinte e sete bilhões, dos quais já arrecadados até 13 do corrente, dez bilhões, setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco cruzeiros. Hoje, tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência, há de depósitos no Banco do Estado, na Secretaria de Economia e Finanças e outras instituições creditícias, cinco bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis cruzeiros.

A REFORMA Administrativa entrará em execução no próximo dia 19 do corrente. Por ela, o instrumental burocrático do Estado sofrerá uma total remodelação, permitindo uma ação mais dinâmica e mais direta sôbre a coisa pública, para que não se limite em estrutura obsoleta e seja capaz de rendimento útil.

A POLÍTICA de eletrificação do Estado, deixando de ser uma cogitação lírica, é hoje produção real, sob os cuidados da equipe moça da CELE-

TRAMAZON, o organismo estatal que a promove no interior.

A MANAUS-ITACOATIARA, a inaugurar-se a 5 de setembro, a cargo do DER-Am., que perdeu aquelas características negativas que o desvirtuaram e o haviam transformado no maior antro de desonestidade do Estado, é hoje, também, centro ativo de operações confiadas a equipes novas, cheias de entusiasmo e segurança. Como a equipe da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que recupera os próprios do Estado, na Capital e no Interior, e constrói novas sedes de serviços, como para exemplificar, os dois Grupos Escolares, e Forum que inauguraremos, a 5 de setembro, na cidade de Itacoatiara.

O ESFÔRÇO que todos dispendemos, portanto, não tem sido infrutífero. Faz-se necessário, no entanto, que haja uma melhor correspondência por parte da União. A SPVEA, que nos deve sete bilhões de cruzeiros, não vem dispondo de recursos para executar os programas seus e dos Estados a que tem de vincular-se e a que tem de servir por dispositivo constitucional. É preciso integrá-la nos compromissos do Poder Central para com a Amazônia, assegurando-lhe orçamentos exatos, de acôrdo com o que se lê no texto do diploma magno de nossa Pátria.

JÁ EM exposições a Vossa Excelência, demos conta, sinceramente, da nenhuma presença dos

serviços federais em nosso Estado. Não que os seus servidores ignorem os deveres funcionais e a missão de que estão investidos, mas porque não se tem dado a êsses serviços aquêles elementos naturais, necessários ao seu funcionamento — permita que fale a Vossa Excelência, mais uma vez, com aquela sinceridade que Vossa Excelência conhece, em linguagem que pode não ser protocolar mas expressa lealdade e confiança nas medidas que Vossa Excelência há de adotar no Govêrno de honradez e de objetividade, que o distingue e faz respeitado, mesmo daqueles que discordem, por motivos ideológicos, políticos, da administração de Vossa Excelência.

A UNIVERSIDADE do Amazonas é dirigida por uma Fundação. Instalou-se há menos de um ano. Os tropeços que tem enfrentado são sem conta. Seu Consêlho não parece ter a mobilidade e a dinâmica que se fazem necessárias para obtenção do que permita à Universidade sua realização, de maneira a preparar o pessoal especializado de que o Amazonas carece para seu desenvolvimento, e dêsse modo integrando-se no sistema e no ritmo que caracterizam a vida universitária brasileira.

O INSTITUTO Nacional de Pesquisas da Amazônia, criado para proceder ao inventário e à análise do solo, sub-solo, água, flora e fauna, não encontrou ainda a compreensão dos responsá-

veis, na área federal, para que seja realmente aquêle instrumento de pesquisa e de ciência para que foi criado, permitindo, dêsse modo, que se pretenda uma estranha atuação da pesquisa e da ciência estrangeiras. E, no entanto, Senhor Presidente, apesar de tudo, quanto já lhe somos devedores, pelo trabalho silencioso, constante, objetivo, que realiza com sua minguada equipe técnica, que não cresce à falta de maiores estímulos e dos reduzidos recursos financeiros que lhe atribuem.

LEMBRO-ME, Senhor Presidente, do nosso primeiro encontro em Brasília, em junho de 1964. Vossa Excelência era já o Chefe do Estado brasileiro, pelo voto do Parlamento Nacional. Eu era apenas Governador eleito pela Assembléia Legislativa de meu Estado. Vossa Excelência, ao despedir-se, disse-me: — "Vá, Governador: dê novas condições à sua terra. Hoje é um dia muito feliz para mim".

INDAGUEI, surprêso: — "Por que Vossa Excelência acaba de chegar de seu Nordeste, tão querido?" E Vossa Excelência me respondeu: — "Não, é pela presença do Senhor, que eu vejo tão cheio de euforia para a grande tarefa que tem em suas mãos".

SENHOR PRESIDENTE, quero dizer a Vossa Excelência que, agora, felizes somos nós, não apenas com a visita que faz ao nosso Estado, mas

porque podemos dizer : — a tarefa que temos em nossas mãos não é mais aquela tarefa impossível de executar. O povo de minha terra ajudou-me. Meus auxiliares cumpriram o seu dever. O Amazonas, Senhor Presidente, é agora um outro Amazonas — um Amazonas que se define pela decisão firme de realizar-se pelo trabalho e pela maioridade integral de seus homens, dispostos na elaboração de uma consciência cívica.

SENHOR PRESIDENTE :

A VISITA que Vossa Excelência realiza ao Amazonas enche-nos da maior alegria. Honra-nos sobremodo. Vossa Excelência encarna hoje a vontade brasileira por novas direções na condução dos negócios da Pátria, condução que Vossa Excelência está promovendo com serenidade e com a grandeza que os legítimos estadistas sabem imprimir e constitui o traço firme que os distingue. Em nome do Povo do Amazonas, Excelência, os melhores votos de boas vindas.

*16 DE JULHO DE 1965*

**discurso do Senhor Deputado RUY ARAUJO, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, conferindo ao Senhor Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO o título de "Cidadão do Amazonas".**

Exmo. Sr. Presidente da República.

Exmo. Sr. Governador do Estado.

Exmo. Sr. Ministro de Estado.

Exmo. Sr. General Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral.

Exmas. Autoridades Civis, Militares e Eclesiásticas.

Nobre Corpo Consular.

Senhores Deputados Federais.

Meus colegas: deputados estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas se apraz e se orgulhece de receber a honrosa visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO.

Pela primeira vez, desde os remotos idos de 1852, quando se constituíra no Amazonas o Poder Legislativo, esta Casa é altamente enobrecida com a presença do mais eminente e preclaro mandatário do povo brasileiro.

Veja Vossa Excelência, Senhor Presidente, que a nossa euforia, a nossa exultação não é apenas formal ou pragmática. É espontânea. Profundamente sincera, calorosa e exuberante.

Representamos o povo confinado na imensidão dêste portentoso Amazonas, povo que nos concedeu o mandato que ostentamos e que procuramos dignificar, povo que confia no alto senso patriótico de Vossa Excelência.

Falamos por êle e por êle, sempre que nos é dado êste privilégio, manifestamos as suas aspirações, as suas alegrias e a sua dolorida melancolia.

Se outras razões não existissem para decantar a Revolução Brasileira, cujo acêrvo de implementos de ordem administrativa e moral já é considerável, os amazonenses passariam a alinhar, como passam nesta hora festiva, o seu comparecimento a esta Casa entre as muitas dádivas da nova ordem jurídica que Vossa Excelência representa com austeridade e sobranceria.

Daqui, Senhor Presidente, diàriamente, súplicas são transmitidas aos altos dignitários da Nação. Tôdas elas traduzem exatamente os anseios da gente amazonense. Não há outro sentido nos nossos constantes petitórios, muitos dos quais já subiram a Vossa Excelência por nosso intermédio.

Vossa Excelência, que se notabiliza, diàriamente, pela firmeza de suas ações, vem a êste Plenário simples e modesto, para nos dar o confôrto

do seu apêrto de mão e a certeza de que não existe mais em nosso País aquela insensibilidade ou aquela discriminação, que se vinha tornando proverbial, com as coisas desta unidade federativa ou desta longínqua região e de sua gente.

Vossa Excelência, com a sólida cultura de que é donatário, compreenderá por que aproveitamos a expressão lúcida de um professor que, recentemente, em traços vigorosos, definiu a Amazônia como uma região em que a marca do homem sôbre a face da terra foi menos conspícua (HILGARD STERNBERG). Talvez, Senhor Presidente, essa pouquidade, — um dos fatôres da nossa introversão e até do nosso ceticismo, — esteja averbada à responsabilidade de outrem.

Vossa Excelência nos traz a convicção de que os problemas do Amazonas esquematizados pela agilidade intelectual, pela proficiência e honestidade do nosso atual governante constituem dominante preocupação de Vossa Excelência, preocupação que faz o povo que representamos esperar com segurança a redenção dêste pedaço do Brasil, nos têrmos da estratégia que Vossa Excelência preconizou no seu notável DISCURSO DE BELÉM.

Hosanas, pois, a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que vem ao nosso encontro numa afirmativa de que compreende e sabe que há nesta terra um delírio permanente de brasilidade, de progresso e de democracia.

Para gáudio do Amazonas, Senhor Presidente HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, Vossa Excelência se tornará desde êste momento, o mais nobre dos nossos coestaduanos, dos cidadãos desta terra. Eis o título que lhe confere essa condição. Queira recebê-lo, Senhor Presidente, como uma oblata humilde, mas extremamente sincera dos seus compatrícios amazonenses.

Os Deputados de tôdas as correntes partidárias que aqui têm assento, congratulam-se com Vossa Excelência e agradecem a alta distinção conferida a esta Casa Legislativa, distinção que ficará perenemente registrada em nossos Anais.

Solicito ao digno e eminente GOVERNADOR ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS que passe às mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, êste documento que o vinculará às tradições de nossa vida política e social.

## *16 DE JULHO DE 1965*

**discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, Digníssimo Presidente da República, na Assembléia Legislativa do Estado, agradecendo o título de "Cidadão do Amazonas", que lhe foi conferido por decisão daquele Poder.**

**SENHOR PRESIDENTE,**

**SENHORES DEPUTADOS:**

Eu não sei por onde começar na resposta à vossa saudação e no agradecimento ao generoso título que me concedeis.

Há momentos na vida em que um instante vivido num lugar se liga a outros instantes já vividos no mesmo lugar, criando-se, então, recordações as mais vivas.

Eu agora experimento tal sensação, que me domina, que me chama a um passado longínquo e a um outro bem recente.

Aqui em Manaus, meu pai, como major, serviu no antigo 46.º Batalhão de Caçadores. Depois do seu regresso à nossa casa, as impressões sôbre a cidade e a região amazônica, encheram muitos dias da minha meninice e que me serviram de motivação para os meus estudos sôbre a Amazônia.

Em 1958, assumí o Comando Militar da Amazônia e, verdadeiramente, estabeleci nesta cidade

o meu Quartel General Avançado, voltado para tôdas as guarnições da fronteira.

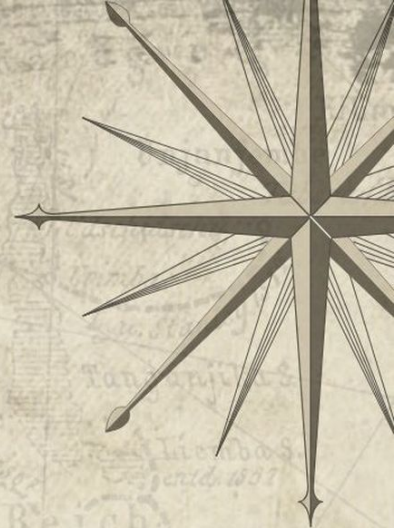
Participava, então, da vida do Estado do Amazonas. Verifiquei a grande capacidade do seu povo para resistir às adversidades do subdesenvolvimento e também a infelicidade de maus governos. Eu via em sua invejável resistência a esperança de melhores dias, cada qual espiando por uma fresta do tempo, o futuro compensador e de redenção.

Essa compensação e o começo dessa redenção começaram no dia 31 de março de 1964. A Assembléia Estadual foi fator decisivo da segura e firme atualidade do Amazonas. Seus membros souberam interpretar as aspirações do povo, ligar-se à sua história e encarar resolutamente os destinos do Estado. Êste Legislativo fêz uma revolução dentro da grande Revolução Brasileira. Não vacilou em mudar o Executivo, elegendo, com sabedoria política e senso democrático, o DR. ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS para Governador.

Não faltou também nesta Assembléia um Presidente como o deputado RUY ARAUJO, como despreendimento, desambição e amor tanto o dignificam.

Vejo no Amazonas o Poder Executivo honrado, operoso, ligado ao povo, como austeridade e autoridade. Vejo uma Assembléia no seu legítimo papel de representante do povo.

É sem dúvida, a prática da Democracia.

O título que me outorgais muito me enobrece. Êle me é concedido pelos representantes do povo amazonense. É dado a um brasileiro que já conviveu neste Estado e que aqui trabalhou numa função das Fôrças Armadas. E, agora sou vosso concidadão.

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

**O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.**

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

**ACERVOS DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

**FALE CONOSCO**

(92) 3090-6804

***cdmam@cultura.am.gov.br***

***acervodigitalsec@gmail.com***

Secretaria de
**Cultura e Economia Criativa**